

Transições Políticas

Democracia e violência no Maghreb

George Joffé

As bombas em Casablanca, em meados de Maio, parecem sublinhar a fragilidade da mudança política no Norte de África.

O movimento *Salafiyya-Jihadiyya*, do qual derivam os outros dois, foi criado originalmente por retornados do Afeganistão, em meados nos anos 90, mas tem um cunho local. Antes destes acontecimentos, era conhecido pelos seus ataques aos habitués dos clubes nocturnos de Casablanca, pelos assassinatos de prostitutas e pela influência em paupérrimos subúrbios como Sidi Mimoun. As autoridades marroquinas calculam que tenham cerca de 400 apoiantes em todo o país, e é bem conhecido da polícia, que tem perseguido e detido os seus líderes. É também verdade que os ataques encaixam num padrão generalizado de violência terrorista que se espalhou pela Médio Oriente após a guerra do Iraque – os ataques na Arábia Saudita ou a extraordinária crise dos reféns na Argélia, só para citar dois exemplos.

Mas concluir daqui pela existência de um plano organizado e coeso, liderado por uma única organização, de terrorismo global contra o Ocidente e os seus aliados do Médio Oriente ou do Norte de África é não compreender o que se está a passar. Em toda a região existe uma vasta e profunda raiva contra o Ocidente, pela sua arrogância no Iraque e pela negligência em relação à questão palestina. Também existe há muito uma crescente convicção de que o confronto violento é a única forma de forçar os governos locais a admitir os seus fracassos e a sua dependência do Ocidente. E, finalmente, existe a certeza, entre um grupo de activistas determinados, originalmente formado no Afeganistão, de que o movimento islâmico *Salafiyya* é a única ideologia que pode simultaneamente justificar e enquadrar a luta que se avizinha.

Neste contexto, a al-Qaida é a voz mais pública de uma rede descentralizada de grupos terroristas que cresce a cada intervenção e a cada falhanço político e se alimenta de uma percepção de ultraje ao sentimento regional. É certo que os grupos podem falar uns com os outros e partilhar aspirações comuns, e mesmo estratégias – com as modernas comunicações, como poderiam não o fazer! Mas não existe um cérebro ou organização

únicos que liderem; existe, pelo contrário, uma série de grupos – vão da Tchetchénia a Bali, do Afeganistão a Marrocos. Num sentido mais vasto, estes grupos capturam a raiva e a frustração do mundo Muçulmano, mesmo que a sua estratégia, as tácticas e os objectivos sejam rejeitados pela vasta maioria da população que aí se enquadra.

A dimensão interna

Na realidade, representam apenas uma pequena faixa marginal extremista na complexidade das reacções árabes e muçulmanas à presença intrusiva e coerciva do Ocidente, liderada pelos Estados Unidos. É uma faixa marginal que o próprio Islão rejeita, excepto na moderna interpretação do movimento *salafiyya* da Jihad. Mesmo aí, os extremistas são marginais, pois a vasta maioria dos apoiantes do *salafiyya* rejeitam a sua interpretação do conceito de guerra santa, combatida através da violência indiscriminada, pela defesa da comunidade Islâmica no seu todo, mesmo que exista uma coincidência na análise que a pode tornar necessária – governos corruptos e tirânicos, subservientes ao *diktat* Ocidental.

Existe ainda uma outra realidade regional, pois as populações querem participar no processo político. Na verdade, isto sempre fez parte da mensagem do Islão político, se bem que nas suas variantes activistas haja sempre uma coloração autoritária, se não mesmo totalitária. Este foi sempre, também, um dos objectivos proclamados do Ocidente, mesmo se a estabilidade tem sido o objectivo mais imediato e – em última análise – a legitimação neoconservadora para a intervenção preventiva. Mas, no passado, isto foi particularmente difícil de alcançar, pois os constrangimentos impostos pelo fornecimento de petróleo, pelo comércio livre, a Guerra Fria e a globalização dominaram a agenda internacional.

A contínua importância atribuída a estes objectivos, na Europa e nos Estados Unidos, significou que os governos locais foram capazes de evitar a difícil transição da repressão exploradora para uma genuína participação política das massas ou mesmo para uma justiça social honesta. Utilizaram os desafios postos pelas suas populações para reforçarem o seu próprio poder ou para imporem políticas que servissem muito mais os interesses internacionais do que os das suas populações. Os seus Estados nunca permitiram que a cidadania, com os concomitantes deveres e direitos individuais, substituísse tradições muito mais antigas de clientelismo e influência – tradições que manipulam e impõem mais facilmente.

E no entanto, mesmo aqui, recentemente, surgiram brechas. Tanto a pressão externa por causa dos abusos dos direitos humanos e da Parceria Euro-Mediterrânica da União Europeia, como a tensão interna – para os líderes mais atentos aos descontentamentos populares e às exigências a que, no fundo, não é possível resistir – conduziram à mudança nos finais dos anos 80 e nos anos 90. Marrocos experimentou uma imprensa livre e, mais tarde, eleições livres e justas e um governo parlamentar, se bem que ainda sob a direcção do Palácio Real. A Argélia também conheceu a democracia, por três curtos anos, só para a ver submersa pela miséria e violência da guerra civil – mas algo ficou, incluindo a imprensa mais viva no mundo Árabe. O governo egípcio apercebeu-se de que deveria fazer alguma coisa para evitar a repetição da violência dos anos 90, apesar de ainda não ter enfrentado o desafio democrático, como ficou claro na forma como lidou com Saad Eddine Ibrahim. Até mesmo o Coronel Kadhafi ponderou o fim do Jamahiriyah – o “Estado das massas”, no qual todos são livres de prosseguir a visão política do regime. Somente a Tunísia recusou o desafio popular.

Mas, todos estes Estados têm uma desculpa de reserva para evitar a mudança – o islamismo político. Exploraram este argumento, em menor ou maior grau, para evitar a mudança e dirigiram-no contra os Estados europeus que os pressionavam para levarem a cabo uma mudança genuína. Todos os Estados do Norte de África, excepto Marrocos, exploraram o 11 de Setembro e a quimera da al-Qaida para pegarem nas críticas de falta de democracia e as devolverem aos europeus. Também usaram estes acontecimentos para legitimar os seus próprios instintos repressivos, pelo que, nos últimos dois anos, se assistiu a um declínio do progresso democrático e a uma reafirmação da disciplina ideológica.

Resultados

È necessário dar o devido crédito a Marrocos, pois resistiu a esta tendência – e, aqui, o desapontamento era relativo ao lento ritmo da mudança. Agora, tudo pode estar em risco devido aos acontecimentos de Casablanca, como é claro pelos poderes decretados pela nova lei antiterrorismo, aprovada à pressa pelos *majlis an-nawwab* imediatamente depois dos atentados. Mas, ao mesmo tempo, não há pedidos para poderes de emergência ou ameaça de Estado de emergência, mesmo se há um reforço do controlo fronteiriço com a Argélia, com uma onda de detenções em Oujda e movimentos de tropas. Apesar de tudo, Marrocos passou por uma crise similar em 1994, sem perder a calma política.

E, por outro lado, os governos do Norte de África sabem que a repressão também falha. Oculta e corrompe realidades políticas e económicas e aumenta tensões políticas e sociais. Sabem que não conseguirão resistir aos objectivos de justiça social e estabilidade política e que a única forma de os alcançar é através do envolvimento dos seus povos nas decisões que têm que ser tomadas. Nem o ambiente internacional permitirá a persistência do passado, seja através da crença da União Europeia no “empenhamento construtivo” ou pela mais distante mas ambivalente ameaça da “intervenção preventiva”. Só a Tunísia persiste na negação da realidade interna e externa, com o Egipto na retaguarda. Se eram necessários avisos sobre os perigos da negação da necessidade de mudança democrática, aí está a violência de Casablanca a dá-los.